



Ofício AECDDPC-MG 110/2020

À V. Ex.<sup>a</sup>  
Dr. Luciano Mariz Maia,  
Vice Procurador Geral da República,

A **ASSOCIAÇÃO ESTADUAL CULTURAL DE DIREITOS E DEFESA DOS POVOS CIGANOS**, entidade Jurídica sem fins lucrativos (CNPJ 32.023.907/0001-62), vêm respeitosamente apresentar a **Carta Aberta dos Povos Ciganos do Brasil** a ser encaminhada à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e solicitar ao Ministério Público Federal o acompanhamento dos andamentos das solicitações contidas na carta, garantindo que se cumpra por parte da Secretaria, subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, direitos específicos aos ciganos como um dos povos tradicionais do Brasil, bem como determina Constituição Brasileira sobre a pluralidade étnica e cultural do país.

Ibirité, 22 de maio de 2020.

**Itamar Pena Soares**, presidente da AECDDPC

**Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas**, vice-presidente da AECDDPC

**ASSOCIAÇÃO ESTADUAL CULTURAL DE DIREITOS E DEFESAS DOS POVOS CIGANOS.**

CNPJ: 32.023.907/0001-62 E-mail: [associacaoestadualmg@gmail.com](mailto:associacaoestadualmg@gmail.com)

**Contato:** (32) 99119-0033 / (31) 99975-3139

---



À

Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

### **CARTA ABERTA DOS POVOS CIGANOS DO BRASIL**

A Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesas dos Povos Ciganos, CNPJ (32023907/0001-62), por meio de seus representantes, Itamar Pena Soares e Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas, vem por meio desta carta, requerer os direitos elencados logo abaixo, partindo da seguinte explicação:

Os Povos Ciganos no Brasil são constituídos por cerca de 800 mil pessoas, segundo estimativas. Apesar de numerosos, eles continuam na invisibilidade para as autoridades brasileiras, sofrendo com o baixo acesso à educação, saúde e participação política e sendo alvos frequentes de criminalização devido à propagação de estereótipos e preconceitos, inclusive por parte da mídia.

Esse racismo, manifestado de diversas formas, quais sejam: no plano individual, das relações interpessoais, institucional e estrutural, abrem ferida, que sangra e nos impede de assumirmos nossa mais genuína identidade cultural.

Mesmo com as diversas legislações antirracismo vigentes no Brasil, o preconceito étnico-racial e a aversão aos seres humanos são constantes na sociedade brasileira, que

diariamente descumpra esses importantes instrumentos para garantia dos direitos humanos do Povo Ciganos, a começar pelo próprio poder público que deveria zelar e cumprir essas legislações.

Torna-se imprescindível disseminar a legislação brasileira junto aos povos ciganos e ampliá-la a eles para que possamos assegurar a essa parcela da população brasileira o atendimento culturalmente adequado. Suas especificidades culturais, sociais, linguísticas, religiosas e econômicas precisam ser respeitadas diante das intervenções dos atores dos poderes públicos junto a essas famílias que possuem costumes, tradições e modos de vida comunitários singulares, transmitidos de geração em geração, diferenciando-os de outros grupos.

Nesse contexto, considerando que os direitos dos Povos Ciganos são garantidos por marcos legais nacionais e internacionais, dos quais o Brasil é signatário, a saber:

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
2. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, estabelece aos governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade;
3. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007, estabelece no artigo 2º os princípios diretores, dos quais o princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais: A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades

fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais.

Sendo assim, para que possamos enfrentar o racismo e suas múltiplas manifestações que exclui os Povos Ciganos do convívio comunitário e fomenta o ódio, conclamamos toda sociedade brasileira a exigir dos poderes constituídos, atenção aos povos ciganos, para garantia de seus direitos por meio de políticas públicas efetivas garantidas no Artigo 6º da Constituição Federal, a saber: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Basta de discursos, queremos visibilidade e esta visibilidade deve estar estampada nas peças orçamentárias, a saber: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.

Solicitamos, assim, que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, promova nova consulta com as comunidades ciganas, conclua e apresente à sociedade o Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 1.315, que dispõe sobre a elaboração do “Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos – PNP/Ciganos” publicada no Diário Oficial da União, no dia 24 de novembro de 2016.

Requeremos que, após o debate com um número representativo de comunidades ciganas, haja a urgente aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que institui o Estatuto do Cigano, que determina ser dever do Estado e da sociedade garantir à população cigana a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Neste momento de calamidade, em que enfrentamos uma grave pandemia e a escalada de casos da COVID 19 no Brasil, solicitamos ações de atendimento emergencial específico aos povos ciganos, que vem sofrendo com a falta de produtos básicos de sobrevivência e higiene, o que facilita a potencial contaminação de seus integrantes.

Por último, requeremos também a inclusão dos povos ciganos no próximo CENSO a ser realizado pelo IBGE, tendo em vista a grande lacuna no que diz respeito aos dados censitários sobre povos ciganos no Brasil.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2020.

**ASSINAM ESSE DOCUMENTO:**

1. Admilson Antunes de Jesus - Assistente Social – (MG)
2. Adriene Aparecida Figueiredo Gomes - Sind-UTE Sub-sede Contagem (MG)
3. Alcimere Maria da Mata Siqueira -MG
4. Aldeia Kamakã Grayra Esmeralda - MG
5. Aleixo Paraguassú Netto - juiz de direito aposentado
6. Aline Jubim Fernandes - Assistente social - MG
7. Aline Miklos - Coletivo Internacional Orgulho Romani
8. Aluizio De Azevedo Silva Júnior - Jornalista, Calon, especialista em cinema, mestre em educação e mitologias ciganas e doutor em comunicação e saúde
9. André Nicoliche - representante da comunidade dos ciganos Ron de Uberlândia (MG)
10. André Soares Cigano - kalon liderança de Araxá e Patos de Minas e Conselheiro Conepir
11. Andreia de Jesus - Deputada Estadual – Psol /MG
12. ANEC - Associação Nacional das Etnias Ciganas do Brasil
13. Antenora Maria da Mata Siqueira – professora – BH- MG.
14. Antônio Rodrigues de Souza - CAMIJOC Coletivo de Antigos Militantes da JOC de MG
15. Associação Cedro Centro de Estudo e Discussões Romani
16. Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba – ASCOCIC
17. Associação Cultural ODUM Orixás
18. Associação de preservação da cultura cigana do Estado do Ceará – ASPRECCEC

19. Associação de Resistencia cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango (Belo Horizonte- MG))
20. Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Minas Gerais
21. Associação Estadual Cultural De Direitos E Defesa Dos Povos Ciganos Do Estado De São Paulo
22. Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso (AEEC-MT)
23. Associação indígena Reserva Biológica Eco Turística Pataxó-AIRBEP
24. Associação Municipal Cultural de Direitos e Defesa dos Povos ciganos de Conselheiro Lafaiete (MG)
25. Associação Municipal Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Matozinhos e Pedro Leopoldo (MG)
26. Associação Municipal Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Santa Barbara (MG)
27. Associação ZOR - Associación por los derechos del pueblo gitano, de Argentina
28. Bruno Alves - Assistente Social – BH - MG
29. Cacique Arakuã - Aldeia Indígena Naô Xohã Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe – Brumadinho/São de Bicas (MG)
30. Cacique Marinalva É xina – Esmeraldas (MG)
31. Caio alberto Silveira Vieira - Geógrafo - BH/MG
32. CAMIJOC Coletivo de Antigos Militantes da - JOC MG
33. Camila Daniele de O. Dutra - Assistente Social – BH (MG)
34. Carmem Imaculada de Brito - CAMIJOC Coletivo de Antigos Militantes da JOC de MG
35. Catherine Monique de Souza Hermont – BH (MG)
36. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva- CEDEFES
37. Centro de Estudo, pesquisa, intervenção - Ribeirão das Neves (MG)
38. Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileiro – CENARAB
39. Clever Alves Machado - Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local
40. Coletivo Com Elas
41. Comissão Pastoral da Terra - CPT/MG

42. Comitê Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso
43. CONEPIR (Conselho Estadual De Promoção E Igualdade Racial Do Estado De Minas Gerais
44. Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Conselheiro Lafaiete
45. CRESSMG - Conselho Regional de Serviço Social de MG
46. Daniela Jubim Fernandes – Comerciante - BH (MG)
47. Daniele Ribeiro Massarico
48. Daniele Ribeiro Massarico
49. Daniella Lopes Coelho - Assistente Social - BH (MG)
50. Dario Magno de Miranda Maia – Extensionista - Curvelo (MG)
51. Deputada Leninha - Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da ALMG
52. Diana Mourao do Grupo de ouvintes /escutantes da Rádio Brasileiríssima (MG)
53. Diretório Acadêmico UEMG Ibirité - Coletivo Revolucionário de Resistência Estudantil, CORRE
54. Dr. Martin Fotta- antropólogo, Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt
55. Eulógio Carlos Queiróz de Carvalho -BH (MG)
56. FCSC - Federação Cigana Santa Catarina – João Rafael Amodeo - presidente
57. FECIRSUL -Federação Rio Grande Do Sul - Presidente Roberto Nicolau - Passo Fundo
58. Federação do povo Cigano de Goiás- Eurípedes Barsanufu Ferreira
59. Federação Mineira CIGANA (FEMICI)
60. Federação Paulista Romani – Residente Carlos Traico Tosco (SP)
61. Fernanda Calhau de Campos - Assistente Social - BH (MG)
62. Frente Resistência Verde (MG)
63. Gabriela Marques - Coletivo Internacional Orgulho Romani
64. Glória Rodrigues de Paula- Movimento de Trabalhadores Cristãos – Brasil
65. Grazielle Duarte Machado – Farmacêutica BH (MG)
66. Isroberta Rosa Araujo – professora – BH(MG)
67. Jacqueline Alves Alamino – BH (MG)
68. João Bosco de Oliveira Borba - Presidente da Associação Nacional de Empresário e Empreendedores Afro-Brasileiros - Anceabra

69. João César Santos Reis – Ibitité (MG)
70. Jucelmo Dantas da Cruz - Cigano da etnia Calon, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
71. Kaipora - Laboratório de Estudos Bioculturais – UEMG
72. Katiucia Amaral Goulart - Assistente Social – BH (MG)
73. LAPEA - UAE EDU/UFJ (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Audiovisuais) Universidade Federal de Jatai - GO
74. Lázaro Augusto Dos Reis - Administrador do Terceiro Setor e Militante Social - BH -MG
75. Leonardo Koury - Assistente Social – Belo Horizonte (MG)
76. Lucilene de Oliveira Souza - Liderança estadual da etnia calon do estado do Espírito Santo
77. Mandato Coletivo do Deputado Federal Padre João - PT/MG
78. Mandato da Deputada Federal Áurea Carolina - Psol/MG
79. Mandato do Deputado Federal Patrus Ananias - PT MG
80. Manoela Rodrigues Carvalho - Funcionária pública do Estado de MG
81. Maria Auxiliadora Lopes
82. Maria Cristina Abreu Domingos -Assistente Social – BH (MG)
83. Maria Inez Pereira – BH (MG)
84. Maria Siqueira Queiróz de Carvalho - BH (MG)
85. Marie Fernanda Massarico Cardoso
86. Marilene Corrêa de Carvalho Massarico
87. Marília Antônia de Sousa – BH (MG)
88. Mauri de Carvalho Braga, assistente social CRESS- MG (6a. Região)
89. Melissa Luciana de Araújo – Nutricionista – BH (MG)
90. Moara Correia Saboia - militante dos Direitos Humanos - BH (MG)
91. Movimento JUNTOS!
92. Movimento Nacional de Direitos Humanos -MG
93. Movimento Serra Sempre Viva (MG)
94. Myrtô Sucupira - Antropóloga e Militante Social - Governador Valadares (MG)
95. Natália Aparecida Massarico Cardoso
96. Nathalia Ribeiro Mota Beltrão – Nutricionista – BH (MG)

97. NPJURIH - Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix – Belo Horizonte (MG)
98. Núcleo Capão do Projeto Manuelzão (MG)
99. NUQ-UFMG – Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais da UFMG
100. ONG Natureza Viva
101. Paloma Silva - Assistente Social – BH (MG)
102. Patrícia Silva Almeida – BH (MG)
103. Patricia Tolmasquim - pedagoga, capelã e escritora
104. Paula Bevilacqua - Pesquisadora Fiocruz (MG)
105. Pedro Américo de Almeida - Vereador - Conselheiro Lafaiete-MG
106. Pedro Henrique Ferreira Menezes Aguiar - Medico Veterinario - militante e apoiador dos movimentos sociais – BH (MG)
107. Rachel Carvalho – BH (MG)
108. Rede EMANCIPA Movimento Social de Educação Popular
109. Rogerio Nicolau - Confederação brasileira cigana – CBC
110. Rosemary Clara de Freitas –Advogada – BH (MG)
111. Sãozinha Menezes – AMAU – BH (MG)
112. Shirley Lúcia Salema Almeida Gomes - técnica em enfermagem e Agente comunitária de saúde – BH (MG)
113. Silvia Contreras - AMAU
114. Silvia Mara Pereira – BH (MG)
115. Sindicato dos Sociólogos do Estado de Minas Gerais - SINDS MG
116. Sirlene Candida Leal Pereira- BH (MG)
117. Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia
118. Talita Freire Moreira Anacleto - Assistente Social – BH (MG)
119. Tatiana Rangel da Fonseca – professora BH (MG)
120. União Cigana Do Brasil
121. Valeria Aparecida Dias- Assistente Social – BH (MG)